

| REDAÇÃO ORIGINAL  | ABEMA  | SOCIEDADE CIVIL   | GOVERNO FEDERAL | ENTIDADES EMPRESARIAIS |
|---|--|---|-----------------|------------------------|
| <b>A) Governança do Sistema Nacional do Meio Ambiente</b>   |  |   |                 |                        |
| <b>Avaliação da Política Ambiental</b>  |  |   |                 |                        |
| 15. Cipam: avaliar a implementação da Política Ambiental no país, começando pelos temas e as áreas de maior conflito, especialmente nos hotspots de desmatamento no Cerrado e na Amazônia, e trazer para as Plenárias do Conama os principais elementos de discussão para debate. Sugestão de temas: implementação do Código Florestal e concessão de Autorizações de Supressão de Vegetação, especialmente no Cerrado. (destaque Abema) (Sociedade Civil solicita manutenção do texto) | Avaliar a implementação da Política Ambiental no país, identificando as áreas de maior conflito e estabelecendo sugestões para pacificação das regras a serem aplicadas pelos órgãos do SISNAMA, com atenção especial para o licenciamento ambiental, a autorização de supressão de vegetação e os mecanismos para fortalecimento das soluções para o financiamento e compensação pelo desmatamento evitado. (proposta de redação ABEMA)   |   |                 |                        |
| <b>B) Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios</b>  |  |   |                 |                        |
| <b>Biodiversidade e Conservação dos Ecossistemas</b>  |  |   |                 |                        |
| 6. Validar o Cadastro Ambiental Rural e implementar o Plano de Regularização Ambiental, assim como outros instrumentos do Código Florestal. (destaque Abema e MME)  | Promover recurso e ações com a finalidade de: i) promover a validação dos cadastros ambientais rurais nas modalidades de análise dinamizada e individual ii) implantar todas as modalidades de regularização previstas no PRA – Programa de Regularização Ambiental; iii) garantir o desenvolvimento do módulo de monitoramento das atividades do PRA, em todas as modalidades; iv) prever apoio e ações específicas para regularização do pequeno produtor e da agricultura familiar, beneficiários ou não da reforma agrária; v) avaliar e implementar o Plano de Ação previsto do Regulariza-Agro, com os ajustes que se fizerem necessários. (proposta ABEMA)/ | Os Estados, com apoio da União, devem empenhar esforços para implementar os instrumentos do Código Florestal, especialmente o processo de validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA). (Proposta de Redação Sociedade Civil) |                 |                        |
| <b>Combate ao Desmatamento</b>  |  |   |                 |                        |

| REDAÇÃO ORIGINAL  | ABEMA  | SOCIEDADE CIVIL   | GOVERNO FEDERAL | ENTIDADES EMPRESARIAIS                                      |
|---|--|---|-----------------|---|
| 12. Reduzir o desmatamento legal e ilegal em todos os biomas de forma consistente (mínimo de 50% com relação à 2023). (destaque Abema e CNI)/   | Promover ações que culminem na redução do desmatamento ilegal de forma consistente (mínimo 50% em relação a 2023) (Proposta da ABEMA)/   | Zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas e unidades federativas e reduzir o desmatamento legal por meio de instrumentos econômicos de valorização da bioeconomia e da floresta em pé, de modo a cumprir as metas estabelecidas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris, com desmatamento zero em 2030. (Proposta de alteração Sociedade Civil) |                 |   |
| <b>Câmara Técnica de Biodiversidade, Áreas Protegidas, Florestas, Educação Ambiental e Bem-Estar Animal</b>   |  |   |                 |   |
| 16. Priorizar resoluções que facilitem e promovam a redução do desmatamento, especialmente no Cerrado e na Amazônia, além do fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)/                            | Avaliar a criação normas que regulem o controle do uso dos recursos naturais florestais e não florestais, com destaque para criação de mecanismos de estímulo ao desmatamento evitado de todos os biomas. (proposta de alteração de redação ABEMA) | Priorizar a discussão e aprovação de resoluções que: (i) facilitem e promovam a redução do desmatamento em todos os biomas; (ii) fortaleçam o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). (proposta de novas redações sociedade civil)  |                 | Destques CNI - retirada de menção a resoluções prioritárias |
|   |  | Conama: promover a maior integração entre União, Estados e Municípios na implementação dos processos de criação de novas unidades de conservação.(proposta de novas redações sociedade civil)   |                 |   |
|   | 16. A - Fortalecer a estrutura do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), criando mecanismos que garantam a implementação das Unidades de Conservação, federais, estaduais e municipais. (Proposta de inclusão ABEMA)                   |   |                 |   |
| Revisar o conjunto de resoluções que tratam da caracterização de tipologias e estágios sucessionais do bioma Mata Atlântica para todos os estados por ele abrangidos, a exemplo das Resoluções Conama nº 417/2009 e 423/2010. |  |   |                 | Destques CNI - retirada de menção a resoluções prioritárias |

| REDAÇÃO ORIGINAL  | ABEMA                      | SOCIEDADE CIVIL                              | GOVERNO FEDERAL  | ENTIDADES EMPRESARIAIS                                      |
|---|----------------------------|--|--|---|
| Resoluções para a regulamentação das Zonas de Amortecimento e Corredores Ecológicos das Unidades de Conservação (UCs), conforme previsto no art. 25 da Lei 9.985/2000 (Lei do SNUC).  | Proposta de exclusão ABEMA | Sociedade Civil sugere a manutenção do texto |  |   |
| Resolução para a regulamentação do Fundo da Mata Atlântica criado pela Lei 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica).   |                            |  |  | Destques CNI - retirada de menção a resoluções prioritárias |
| Executivo Federal: promover a regulamentação do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, instituído pelo Art. 36 da Lei 11.428 de 2006. (Sugestão de alteração Sociedade Civil).   |                            |  |  |   |
| Resolução elaborada em conjunto com a Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão Territorial para a definição de critérios de localização de parques solares e eólicos, de forma a minimizar os impactos na sociobiodiversidade. |                            | Sociedade Civil sugere a manutenção do texto |  | Destques CNI - retirada de menção a resoluções prioritárias |
| <b>C) Enfrentamento da emergência climática</b>   |                            |  |  |   |
| 1. Cumprir as metas e compromissos do Brasil ante tratados internacionais, em particular a Convenção Quadro sobre Mudança Climática e seus acordos subsidiários.  |                            |  | Apoiar o cumprimento das metas e compromissos do Brasil ante tratados internacionais, em particular a Convenção Quadro sobre Mudança Climática e seus acordos subsidiários. (Sugestão de alteração Casa Civil) |   |
| 2. Elaborar de forma participativa e implementar Plano Nacional e Planos Estaduais de Adaptação à Mudança Climática.  |                            |  | Elaborar de forma participativa e implementar Plano Nacional e Planos Estaduais de Adaptação à Mudança Climática, incluindo questões de Justiça Climática (Proposta de alteração de redação SMC) /             |   |
|   |                            |  | Apoiar a elaboração de forma participativa e implementação do Plano Nacional e Planos Estaduais de Adaptação à Mudança Climática. (Sugestão de alteração Casa Civil)   |   |

| REDAÇÃO ORIGINAL  | ABEMA | SOCIEDADE CIVIL | GOVERNO FEDERAL  | ENTIDADES EMPRESARIAIS |
|---|-------|-----------------|--|------------------------|
| 3. Elaborar de forma participativa e implementar Plano Nacional e Planos Estaduais de Enfrentamento às Emergências Climáticas.  |       |                 | Apoiar a elaboração de forma participativa e implementação do Plano Nacional e Planos Estaduais de Enfrentamento às Emergências Climáticas. (Sugestão de alteração Casa Civil)     |                        |
| 4. Promover a criação e qualificação de Núcleos Locais de Enfrentamento às Emergências Climáticas.  |       |                 | Apoiar a criação e qualificação de Núcleos Locais de Enfrentamento às Emergências Climáticas. (Sugestão de alteração Casa Civil)   |                        |
| 6. Definição participativa dos parâmetros socioambientais da transição energética.  |       |                 | Apoiar a elaboração de forma participativa dos parâmetros socioambientais da transição energética. (Sugestão de alteração Casa Civil)  |                        |
| <b>C) Enfrentamento da emergência climática</b>   |       |                 |  |                        |
| 8. Formular políticas públicas que incentivem a descarbonização do setor transportador e aproveite potenciais intrínsecos de cada modal, a partir do equilíbrio entre os modais na matriz nacional. |       |                 | Destaque Ministério do Transporte  |                        |
| 9. Garantir a previsibilidade no licenciamento ambiental das obras do setor de transporte.  |       |                 | Garantir a previsibilidade no licenciamento ambiental das obras do setor de transporte, incluindo análise de emissão de GEE (gases de efeito estufa). (Proposta de alteração SMC). |                        |
| 10. Utilizar ferramentas tecnológicas da informação para a sistematização, uniformização e agilidade dos processos de licenciamento.  |       |                 | Destaque Ministério do Transporte  |                        |
| 11. Padronizar procedimentos de licenciamento entre União, Estados e Municípios para as obras do setor de transporte.   |       |                 | Destaque Ministério do Transporte  |                        |

| REDAÇÃO ORIGINAL   | ABEMA | SOCIEDADE CIVIL | GOVERNO FEDERAL   | ENTIDADES EMPRESARIAIS |
|--|-------|-----------------|---|------------------------|
| 12. Aprovar normativas que regulamentem o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, dando previsibilidade aos investidores por meio de segurança jurídica e institucional.(Proposta de exclusão SMC)                        |       |                 | Proposta de exclusão Casa Civil, SMC e Destaque Ministério do Transporte  |                        |
| 13. Desenvolver estudos e projeções de oportunidades de negócios para a descarbonização do transporte.   |       |                 | Destaque Ministério do Transporte   |                        |
| 14. Ampliar programas que estimulem a produção e o uso de propulsões alternativas e combustíveis renováveis.   |       |                 | Destaque Ministério do Transporte   |                        |
| 15. Estudar e buscar soluções que viabilizem a evolução gradativa do uso dos biocombustíveis nos motores dos veículos, garantindo os interesses do consumidor, mitigando os impactos ambientais, financeiros e tecnológicos. |       |                 | Destaque Ministério do Transporte   |                        |
| 16. Planejar o processo de descarbonização do transporte, considerando as especificidades de cada modal e tecnologias de baixo carbono.  |       |                 | Destaque Ministério do Transporte   |                        |
| 17. Divulgar a evolução das metas de eficiência energética para veículos pesados no Relatório Anual do Programa Rota 2030.   |       |                 | Destaque Ministério do Transporte   |                        |
| 18. Melhorar a eficiência energética, considerando a ampliação e melhoria da capacidade viária existente.  |       |                 | Destaque Ministério do Transporte   |                        |
| 19. Desenvolver e implementar Sala de Situação para o transporte, voltada para o conhecimento dos riscos associados aos efeitos resultantes das alterações climáticas.   |       |                 | Destaque Ministério do Transporte   |                        |
| <b>C) Enfrentamento da emergência climática</b>  |       |                 |   |                        |
| <b>Câmara Técnica de Justiça Climática (Destaques CNI – retirada de menção a resoluções prioritárias)</b>  |       |                 |   |                        |
|  |       |                 | 21. Revisão da Resolução Conama 462/2014 sobre eólicas on shore para a inclusão dos aspectos sociais. (Proposta de inclusão SMC). |                        |

| REDAÇÃO ORIGINAL   | ABEMA | SOCIEDADE CIVIL  | GOVERNO FEDERAL  | ENTIDADES EMPRESARIAIS |
|--|-------|--|--|------------------------|
|  |       |  | 22. Inclusão de análise de emissão dos GEE (gases de efeito estufa) no licenciamento ambiental.  |                        |
|  |       |  | 23. Inclusão de planos de adaptação ou planos clima (mitigação e adaptação) nos planos diretores. (Proposta de inclusão SMC).  |                        |
|  |       |  | 24. Classificação de gases de efeito estufa ou Carbono equivalente como gases poluidores. (Proposta de inclusão SMC).  |                        |
| <b>D) Qualidade ambiental nas cidades e no campo</b>   |       |  |  |                        |
| 3. Combater a Poluição Química, levando-se em conta que as políticas de enfrentamento das Mudanças Climáticas e de Proteção da Biodiversidade não podem prescindir da integração com uma política nacional de segurança química. |       |  | Combater a Poluição Química, incluindo os retardantes químicos utilizados em incêndios florestais, levando-se em conta que as políticas de enfrentamento das Mudanças Climáticas e de Proteção da Biodiversidade não podem prescindir da integração com uma política nacional de segurança química. (Proposta de alteração SMC). |                        |
| Enfrentar a contaminação por resíduos da mineração, especialmente junto aos povos e comunidades tradicionais.  |       |  | Destaque MME   | Destaque CNI           |
| 5. Atuar de forma coordenada para redução e controle do uso excessivo de agrotóxicos, combatendo riscos, diretos e indiretos, no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores rurais e consumidores.                               |       | Atuar de forma coordenada para redução e controle do uso de agrotóxicos, combatendo riscos, diretos e indiretos, no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores rurais e consumidores. (Sugestão de alteração Sociedade Civil). |  | Destaque CNI           |
| <b>Setor de Transporte - logística reversa e qualidade do ar</b>   |       |  |  |                        |
| 6. Criar marco regulatório de logística reversa de veículos automotores.   |       |  | (Destaque Ministério do Transporte)  |                        |
| 7. Definir o papel do transportador na logística reversa e viabilizar a representação setorial em comitês dedicados.   |       |  | (Destaque Ministério do Transporte)  |                        |

| <b>REDAÇÃO ORIGINAL</b>  | <b>ABEMA</b> | <b>SOCIEDADE CIVIL</b> | <b>GOVERNO FEDERAL</b>  | <b>ENTIDADES EMPRESARIAIS</b> |
|--|--------------|------------------------|---|-------------------------------|
| 8. Criar programa, de forma colaborativa, para o monitoramento das emissões veiculares, baseado na inspeção veicular ambiental.2   |              |                        | (Destaque Ministério do Transporte)   |                               |
| 9. Fortalecer a Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar no território nacional.   |              |                        | (Destaque Ministério do Transporte)   |                               |
| <b>Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão Territorial</b>   |              |                        |   |                               |
| 11. Resolução Conama nº 498/2020 - Define critérios e procedimentos para produção e aplicação de biofóssido em solos, e dá outras providências.  |              |                        |   | Destaque CNI                  |
| 12. Resolução Conama nº 499/2020 - Dispõe sobre o licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer.   |              |                        |   | Destaque CNI                  |
| 13. Resolução Conama nº 413/2009 - Dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.  |              |                        |   | Destaque CNI                  |
|  |              |                        | 14. Resolução Conama nº 462/2014 - Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em superfície terrestre (para a inclusão dos aspectos sociais).(Proposta de inclusão SMC) |                               |
| 15. Elaborar resolução para normatizar o sistema municipal de compensação ambiental nos casos de licenciamento ambiental municipal.  |              |                        |   | Destaque CNI                  |
| 16. Resolução Conama nº 491/2018 - Dispõe sobre padrões de qualidade do ar. Decisão do STF define prazo para a edição de novos padrões de qualidade do ar, alinhados com os valores de referência da Organização Mundial da Saúde (OMS). |              |                        |   | Destaque CNI                  |

| <b>REDAÇÃO ORIGINAL</b>   | <b>ABEMA</b> | <b>SOCIEDADE CIVIL</b> | <b>GOVERNO FEDERAL</b> | <b>ENTIDADES EMPRESARIAIS</b> |
|---|--------------|------------------------|------------------------|-------------------------------|
| 17. Resolução Conama nº 316/2002 - Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos.   |              |                        |                        | Destaque CNI                  |
| 18. Resolução Conama nº 499/2020 - Dispõe sobre o licenciamento da atividade de coprocessamento de resíduos em fornos rotativos de produção de clínquer.  |              |                        |                        | Destaque CNI                  |
| 19. Resolução Conama nº 501/2021 - Altera a Resolução nº 382/2006, que estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.  |              |                        |                        | Destaque CNI                  |
| 20. Resolução Conama nº 357/2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. |              |                        |                        | Destaque CNI                  |
| 21. Resolução Conama nº 430/2011 - Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.                      |              |                        |                        | Destaque CNI                  |
| 22. Resolução Conama nº 472/2015 - Dispõe sobre o uso de dispersantes químicos em incidentes de poluição por óleo no mar.   |              |                        |                        | Destaque CNI                  |
| 23. Resolução Conama nº 274/2000 - Define os critérios de balneabilidade em águas brasileiras.  |              |                        |                        | Destaque CNI                  |
| 24. Resolução Conama nº 463/2014 - Dispõe sobre o controle ambiental de produtos destinados à remediação.   |              |                        |                        | Destaque CNI                  |



| <b>REDAÇÃO ORIGINAL</b>   | <b>ABEMA</b> | <b>SOCIEDADE CIVIL</b> | <b>GOVERNO FEDERAL</b> | <b>ENTIDADES EMPRESARIAIS</b> |
|---|--------------|------------------------|------------------------|-------------------------------|
| 25. Resolução Conama nº 420/2009 - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas. |              |                        |                        | Destaque CNI                  |
| 26. Elaborar resolução sobre o reuso de água, que consiste no processo de converter águas residuais que seriam descartadas em água que pode ser reutilizada em outros propósitos.   |              |                        |                        | Destaque CNI                  |
| 27. Elaborar resolução sobre grandes geradores e logística reversa. Resoluções Conama nº 404 (que trata de pilhas e baterias) e nº 416 (que trata da coleta e destinação de pneus inservíveis).   |              |                        |                        | Destaque CNI                  |
| 28. Criar e regulamentar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos – PRONARA.   |              |                        |                        | Destaque CNI                  |